



Unidades de Conservação

Unidades de conservação: proteção da biodiversidade e

A implantação de unidades de conservação é um dos requisitos do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ao meio ambiente. A criação e instalação dessas unidades atende ao disposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), descrito na lei número 9.985, de 18 de julho de 2000. O SNUC prevê que o investimento em unidades de conservação seja de, no mínimo, meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Os objetivos do Programa de Implantação de Unidades de Conservação da CESP são basicamente: contribuir com a proteção dos ecossistemas típicos da região; conservar a fauna e flora, principalmente as espécies raras, endêmicas (típicas do ecossistema regional) em perigo ou ameaçadas de extinção; contribuir para a manutenção da diversidade genética e propiciar pesquisa científica, educação ambiental e recreação.

No quadro abaixo, há um resumo das dimensões de cada reserva implantada pela CESP com o empreendimento a que se refere.

Unidade de conservação	Área (ha)	Usina hidrelétrica	Data do decreto
Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema (MS)	73.345,15	Usina Hidrelétrica Eng. Sergio Motta	17/12/1998
Parque Estadual do Aguapeí (SP)	9.043,97	Usina Hidrelétrica Eng. Sergio Motta	02/07/1998
Parque Estadual do Rio do Peixe (SP)	7.720,00	Usina Hidrelétrica Eng. Sergio Motta	22/02/2005
RPPN Cisalpina (MS)	6.261,75	Usina Hidrelétrica Eng. Sergio Motta	–
RPPN Foz do Aguapeí (SP)	13.953,79	Usina Hidrelétrica Três Irmãos	–
Total	110.324,66		



Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Localizado nos municípios de Naviraí, Taquarussu e Jateí é o primeiro parque criado no estado de Mato Grosso do Sul. Os varjões do Parque do Ivinhema compreendem o último trecho livre, sem represamento, do rio Paraná. É uma área de inundações periódicas, que protege refúgios de espécies animais e vegetais do cerrado e da floresta estacional. O plano de manejo do parque foi concluído em 2004. A infra-estrutura para garantir a integridade do ecossistema e atender a visitantes e pesquisadores está sendo implantada.

Semestralmente são repassados recursos à instituição gestora do parque para serem utilizados em sua manutenção. A situação fundiária está em fase final de regularização. As propriedades adquiridas pela CESP para a formação do parque estão sendo doadas ao estado de Mato Grosso do Sul.



Parque Estadual do Aguapeí

Fica a aproximadamente 10 quilômetros da confluência dos rios Aguapeí e Paraná. Sua área total inclui terras nos municípios de Castilho, Nova Independência, Guaraçai, São João do Pau d'Alho, Monte Castelo e Junqueirópolis (SP). Apresenta grandes extensões de várzeas, sendo uma região alagada durante as estações de chuvas, quando as águas do rio transbordam e inundam as áreas adjacentes às margens.

É muito comum encontrar nesse ambiente animais típicos do pantanal sul-mato-grossense e de áreas alagadas. Entre esses animais estão tuiuiú, cabeça-seca, joão-grande, colhereiro, garça-branca-grande, garça-branca-pequena, marreca, biguá e o tacha. Também são encontrados capivara, anta e cervo-do-pantanal.

O cercamento do perímetro do parque foi concluído e as demais obras de infra-estrutura serão iniciadas após a elaboração do plano de manejo.

Por meio de convênio entre a CESP e o Instituto Florestal do estado de São Paulo são repassados recursos que serão gastos na administração e manutenção dos Parques Estaduais do Aguapeí e do Rio do Peixe. Além disso, foram doados tratores, caminhonetes, barcos de alumínio, motores de popa, carretas para transporte de barco, motos, dois kits de combate a incêndio e equipamentos especiais para uso do sistema Global Position System (GPS). A situação fundiária está regularizada e as propriedades adquiridas foram doadas ao estado de São Paulo.



Parque Estadual do Rio do Peixe

Localizado nas várzeas do rio do Peixe, nos municípios de Ouro Verde, Dracena, Presidente Venceslau, Piquerobi, Junqueirópolis e Santo Anastácio (SP), as áreas do Parque foram declaradas de utilidade pública em 2005. O objetivo principal do parque é conciliar a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com sua utilização para fins educacionais, recreativos e científicos. Suas características naturais são muito semelhantes às do Parque Estadual do Aguapeí.

O Parque Estadual do Rio do Peixe foi dimensionado originalmente com 7.720,00 hectares como compensação pela implantação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta. A sua situação fundiária ainda não está regularizada e as propriedades a serem adquiridas serão doadas ao estado de São Paulo.



Reserva Particular do Patrimônio Natural Cisalpina

Trata-se da área de confluência dos rios Verde e Paraná, no município de Brasilândia (MS). É uma extensa várzea inundada periodicamente na época das chuvas, com um complexo sistema de lagoas, córregos e canais interligados entre si e ao canal do rio Paraná. Seus 6.261,75 hectares formam um ambiente fluvial que no passado sofreu abandono gradativo e conseqüente ressecamento motivados por processos climáticos e geológicos. Isso provocou um deslocamento da calha principal do rio Paraná para a margem esquerda. Devido a esse fato, é possível identificar na paisagem da reserva, antigos canais utilizados pelo rio Paraná que remontam a um período de 10.000 a 40.000 anos.

A RPPN Cisalpina tem sua situação fundiária totalmente regularizada. Está com todos seus limites cercados e conta com fiscalização ostensiva. O seu plano de manejo está em fase final de elaboração.



Reserva Particular do Patrimônio Natural Foz do Aguapeí

São 13.953,79 hectares localizados na foz do rio Aguapeí e na Ilha Comprida, nos municípios de Castilho, São João do Pau D'Alho e Paulicéia (SP). Apresenta grandes extensões de várzeas e uma fauna adaptada aos ciclos de seca e cheia, como é o caso do cervo-do-pantanal. A área dessa reserva é anexa ao Parque Estadual do Aguapeí, apresentando as mesmas fisionomias de fauna e flora existentes naquele parque.



